



MENSAGEM Nº 30/2018

PROJETO DE LEI

Nº 128 / 18

LIDO EM SESSÃO DE 05/06/18.
Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):
 Justiça e Redação
 Finanças e Orçamento
 Obras e Serviços Públicos
 Cultura, Denominação e Ass. Social

Presidente
Israel S. S. S.
Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho para a devida apreciação dessa insigne Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que “**revoga a Lei Municipal nº 5.613, de 14 de março de 2018, e a Lei Municipal nº 5.632, de 19 de abril de 2018, na forma que especifica**”.

A medida proposta, oriunda do expediente administrativo nº 8.514/2018-PMV, destina-se a obter autorização legislativa para a revogação da legislação supra mencionada, cujos projetos buscaram distribuir a receita municipal decorrente da aplicação de multas de trânsito, através de repasses a outros órgãos diferentes do Fundo Municipal de Trânsito, determinando-se em cada uma dessas normas, que dez por cento (10%) destes valores fossem depositados, respectivamente, em fundo criado junto à Guarda Civil Municipal e à Secretaria de Transportes e Trânsito.

No entanto, diante do Ofício nº 419/2018/CGIJF/DENATRAN/SE-MCIDADES e Anexos, que segue junto à presente Mensagem, entendeu a área técnica do DENATRAN, denominada CGOP – Coordenação Geral de Planejamento Operacional do Sistema Nacional de Trânsito, que tal situação constituiria uma irregularidade.

Assim, demonstrado o questionamento apresentado pelo DENATRAN a respeito de tal possibilidade de procedimento de transferir



recursos do Fundo Municipal de Trânsito para outros fundos, entendemos justificada a revogação de ambos os diplomas legais, em que pese ter este Chefe do Poder Executivo à época entendido que não haveria contestações a respeito.

Em face da relevância da medida proposta, de justo, real e legítimo interesse público e pelos motivos expostos, solicito que a sua apreciação se faça em **regime de urgência**, na forma das disposições constantes do artigo 52, da Lei Orgânica do Município de Valinhos, plenamente justificada, de modo a possibilitar o desenvolvimento da Administração Pública.

Ante ao exposto, coloco-me à inteira disposição dessa lúdima Presidência para quaisquer outros esclarecimentos que fizerem necessários, renovando, ao ensejo, os protestos de minha elevada consideração e declarado respeito.

Valinhos, 28 de maio de 2018.

ORESTES PREVITALE JÚNIOR
Prefeito Municipal

Anexo: a) Ofício nº 419/2018/CGIJF/DENATRAN/SE-MCIDADES e Anexos;
b) Projeto de Lei.

Nº do Processo: 2965/2018

Data: 29/05/2018

Projeto de Lei n.º 128/2018

Autoria: ORESTES PREVITALE

Assunto: Revoga a Lei Municipal n.º 5.613, de 14 de março de 2018, e a Lei Municipal n.º 5.632, de 19 de abril de 2018, na forma que especifica.

Ao

Excelentíssimo Senhor

ISRAEL SCUPENARO

Presidente da Egrégia Câmara Municipal

Valinhos/SP

(GJ/gj)



PROJETO DE LEI

Revoga a Lei Municipal nº 5.613, de 14 de março de 2018, e a Lei Municipal nº 5.632, de 19 de abril de 2018”, na forma que especifica.

ORESTES PREVITALE JÚNIOR, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É revogada a Lei nº 5.613, de 14 de março de 2018, que “estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos”, e a Lei nº 5.632, de 19 de abril de 2018, que “estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Secretaria de Transportes e Trânsito de Valinhos”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,
aos

ORESTES PREVITALE JÚNIOR
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIZ GARAVELLO JUNIOR
Secretário de Assuntos Jurídicos e Institucionais



**PREFEITURA DE
VALINHOS**

C.M.V.
Prcc. Nº 2965/18
Fls. 04
Resp. [Signature]

MAURO HADDAD ANDRINO
Secretário de Mobilidade Urbana

CARLOS ROBERTO PRESTES
Secretário de Segurança Pública e Cidadania

MARIA LUISA DENADAI
Secretária da Fazenda

C.M.V.
 Proc. Nº 2495118
 Fls. 05
 Resp. _____



Fis. Nº	02
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018

MINISTÉRIO DAS CIDADES
 SECRETARIA EXECUTIVA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

Coordenação-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização
 SAUS Quadra 01 Bloco H Edifício Telemundi II, Ministério das Cidades, Brasília/DF,
 CEP 70070-010, Telefone: (61) 2108-1840, - <http://www.cidades.gov.br>

Ofício nº 419/2018/CGIJF/DENATRAN/SE-MCIDADES

Brasília, DF, 02 de maio de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor

ORESTES PREVITALE

Prefeito Municipal do Município de Valinhos/SP

Rua Antônio Carlos, 301, Vila Olivo, Centro

13.270-005 - Valinhos/SP

Assunto: **Solicita informações acerca do Projeto de Lei nº 204, de 2017.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 80000.004990/2018-21.

Senhor Prefeito,

1. Trata-se de suposta irregularidade identificada pela CGPO - Coordenação-Geral de Planejamento Operacional do Sistema Nacional de Trânsito, área técnica do DENATRAN, em que por meio do **Memorando nº 24/2018/CGPO, (SEI 1180002)**, relata a existência de ilegalidade do **Projeto de Lei nº 204, de 2017**, de autoria dos vereadores José Henrique Conti, Edson Secafim e Roberson Costalonga Salame, no qual estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal desse Município.
2. Face ao exposto, enviamos cópia integral do **Processo Administrativo nº 80000.004990/2018-21**, a fim de que este Poder Executivo Municipal preste os devidos esclarecimentos, sobre os fatos apontados pela área técnica deste Departamento no referido expediente administrativo acima apontado (**Memorando nº 24/2018/CGPO do SEI 1180002**).
3. Enfim, aproveitamos o ensejo para renovar os mais elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Diretor

Anexo: Cópia integral do Processo nº 80000.004990/2018-21, inclusive do Memorando nº 24/2018/CGPO do SEI 1180002



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio José Alves Pereira, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito**, em 03/05/2018, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 60, da Portaria nº 102/2016 do Ministério das Cidades.

C.M.V.
Proc. Nº 21651/18
Fls. 06
Resp. [assinatura]



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cidades.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1246932** e o código CRC **634380A6**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 80000.004990/2018-21

SEI nº 1246932

Fls Nº	Recibo
03	[assinatura]
Proc. Nº/Ano	
08514 / 2018	

C.M.V.
Proc. Nº 29051/18
Fls. 07
Resp. _____



Fis. Nº	09	Recebido
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018	

MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

Coordenação-Geral de Planejamento Operacional do Sistema Nacional de Trânsito

Memorando nº 24/2018/CGPO/DENATRAN/SE

Em 27 de fevereiro de 2018

Ao Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF

Sr. Fernando Ferraza Nardes

Assunto: Análise de Projeto de Lei nº 204/2017, da Câmara Municipal de Valinhos - SP.

1. A Câmara Municipal de Valinhos - SP, no dia 20 de fevereiro de 2018, **aprovou** Projeto de Lei nº 204/2017, SEI nº 1180018, de autoria dos Vereadores José Henrique Conti, Edson Secafim e Roberson Costalonga, que prevê, em seu § 1º, que 10% (dez por cento) do valor proveniente da arrecadação de multas de trânsito será depositado, mensalmente, na conta do fundo que será criado para ampliação das ações de fiscalização e policiamento por parte da Guarda Civil Municipal.

2. O parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei - PL em comento versa que os valores repassados poderão ser utilizados para capacitação, treinamento, aquisição de veículos (viaturas), armamento, equipamentos de segurança (coletes balísticos) e o que precisar para oferecer melhor segurança e estrutura de trabalho aos agentes que realizarão o trabalho de fiscalização.

3. Tal PL ainda não foi sancionado pelo Prefeito Municipal de Valinhos-SP, Excelentíssimo Senhor Orestes Previtalo.

4. Apesar do PL ter sido aprovado na Câmara Municipal, consta no documento de elaboração do PL, o Parecer DJ nº 284/2017, SEI nº 1180018, de análise da Diretora Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil/SP, onde é informado acerca da ilegalidade do PL. Mesmo com a indicação de inconstitucionalidade desse PL, o mesmo foi aprovado.

5. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que é da competência *privativa* da União legislar sobre as regras de *trânsito* e transporte, conforme se observa pelo disposto no seu artigo 22, inciso XI.

6. Apesar do parecer da Diretora Jurídica da OAB/SP, que fala sobre a ilegalidade do PL, esta CGPO, têm dúvidas sobre a legalidade ou não deste PL, tendo em vista as questões a seguir.

7. Conforme inciso VI do art. 5º da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, as Guardas Municipais podem exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal.

8. Se verificarmos a relação de ações elencadas para uso dos 10% oriundos da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito, elencadas naquele PL (*capacitação, treinamento, aquisição de veículos (viaturas)*), armamento, equipamentos de segurança (coletes balísticos) e o que precisar para oferecer melhor segurança e estrutura de

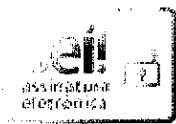
trabalho aos agentes que realizarão o trabalho de fiscalização), algumas dessas ações estão contidas na Resolução CONTRAN nº 638, de 30 de novembro de 2016, que versam sobre formas de aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme previsto no caput do art. 320 do CTB

9. Face o exposto, e em razão do conflito entre a possibilidade das ações da Guarda Civil Municipal de Valinhos-SP, em relação as ações de trânsito, e a utilização de recursos de multas previsto naquele Projeto de Lei, para a criação de Fundo voltado para ampliação das ações de fiscalização e policiamento por parte daquela Guarda, encaminho o presente processo a essa Coordenação-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIF para conhecimento e análise. Sugiro, ainda, que o município de Valinhos-SP seja notificado a prestar esclarecimentos sobre o PL em comento, pois há indícios de ilegalidade.

Atenciosamente,

CARLOS MAGNO DA SILVA OLIVEIRA
Coordenador-Geral

Fis Nº	OS	Fabrica
Proc. Nº/ano	08514 / 2018	



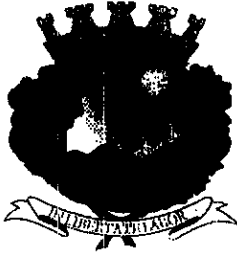
Documento assinado eletronicamente por **Carlos Magno da Silva Oliveira**, Coordenador Geral, em 27/02/2018, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 60, da Portaria nº 102/2016 do Ministério das Cidades.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cidades.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1180002 e o código CRC 94C17157.

C.M.V.
Proc. Nº 2051/18
Fls. 09
Resp. J

C.M.M.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 01
Resp. P



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

LIDO EM SESSÃO DE 29/08/17

Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):

- Justiça e Redação
- Finanças e Orçamento
- Obras e Serviços Públicos
- Cultura, Denominação e Ass. Social

Israel Scarpato
Presidente

PROJETO DE LEI 204 / 2017

PROJETO DE LEI

Nº 204 / 17

Ementa: "Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos".

Fls Nº	Rubrica
<u>06</u>	<u>[assinatura]</u>
Proc. Nº/Ano	
08514 / 2018	

SENHOR PRESIDENTE
NOBRES VEREADORES

Os vereadores JOSÉ HENRIQUE CONTI, EDSON SECAFIM e ROBERSON COSTALONGA "SALAME" apresentam aos demais vereadores desta Casa de Leis, para a devida apreciação e aprovação, o incluso projeto de lei que: "Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos".

Justificativa:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à deliberação dessa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei, que "Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos".

O Município tem responsabilidade pela segurança pública, podendo fazê-lo através de Guarda Civil Municipal por expresse dispositivo constitucional que incluiu como órgão na segurança pública.

As Guardas Civas Municipais tem a função principal de proteger os bens, serviços e instalações, nos termos da lei, cuja função é de extrema relevância, podendo, se solicitado atuar juntamente com órgãos policiais na manutenção da ordem pública junto com a Polícia Federal, Polícia

204/2017



C.M.V. _____
Proc. Nº 2051/18
Fls. 10
Resp. _____

C.M.V. _____
Proc. Nº 4060, 17
Fls. 02
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Fis N°	<u>07</u>	Rubrica	
Proc. N°/Ano	<u>08514 / 2018</u>		

Civil e Militar, além de outros previstos na própria Constituição Federal e na Lei Federal 13.022/2014.

Contudo, os repasses que vêm sendo disponibilizados a este órgão é insuficiente para atender as necessidades da corporação.

Por fim, a presente propositura tem como objetivo dar maior aperfeiçoamento e eficiência para os efetivos da Guarda Civil Municipal de Valinhos.

Ante o exposto, solicita-se aos Nobres Vereadores desta Ilustre Casa de Leis, a aprovação deste projeto, por sua relevante importância.

Dr. José Henrique Conti
Vereador - PV

Edson Secafim
Vereador - PP

Roberson 'Salame'
Vereador - PMDB

Nº do Processo: 4060/2017 Data: 24/08/2017

Projeto de Lei n.º 204/2017

Autoria: JOSÉ HENRIQUE CONTI, EDSON SECAFIM, ROBERSON COSTALONGA SALAME

Assunto: Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.



C.M.V.
Proc. Nº 2965/18
Fls. 11
Resp. [assinatura]

C. M. V. 4060 / 17
Proc. Nº 03
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº	<u>08</u>	Rubrica	<u>[assinatura]</u>
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018		

Lei nº

Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.

ORESTES PREVITALE JÚNIOR, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido que 10% (dez por cento) do valor proveniente de arrecadação das multas de trânsito será depositado, mensalmente, na conta de fundo que será criado para ampliação das ações de fiscalização e policiamento por parte da Guarda Civil Municipal.

Par. único.

§ 1º. O percentual a que alude o "caput" deste artigo não prejudicará o que estabelece o § 1º do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º. O percentual repassado será gerido pelo Secretário de Segurança Pública, que prestará contas dos valores sob sua responsabilidade, bem como das ações tomadas que, efetivamente, promovam maior eficiência e segurança no trânsito com medidas de policiamento e fiscalização.



C.M.V.
Proc. Nº 27651/18
Fls. 12
Resp. J

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 09
Reso. 10

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Por único.

§ 1º. Os valores repassados poderão ser utilizados para cursos de capacitação, treinamento, aquisição de veículos (viaturas), armamento, equipamentos de segurança (coletes balísticos) e o que precisar para oferecer melhor segurança e estrutura de trabalho aos agentes que realizarão o trabalho de fiscalização.

Fls N°	<u>09</u>	Rubrica	<u>[assinatura]</u>
Proc. N°/Ano	<u>08514 / 2018</u>		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,

Aos

ORESTES PREVITALE JÚNIOR

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.
Proc. Nº 27651/18
Fls. 13
Resp. J. -

Fis. Nº	<u>10</u>
Proc. Nº/Ano	<u>08514 / 2018</u>
C. M. de VALINHOS	

PROC. Nº 4060/17

FLS. Nº 05

RESP. [Signature]

À Comissão de Justiça e Redação, conforme despacho do Senhor Presidente em Sessão do dia 29 de agosto de 2017.

[Signature]
Marcos Fureche
Assistente Administrativo
Departamento Legislativo
30/agosto/2017



C.M.V.
Proc. Nº 205118
Fls. 14
Resp. [assinatura]

C.P.M.
Proc. Nº 4060 JT
Fls. 06
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Fis. Nº	<u>11</u>	Protocolo	<u>[assinatura]</u>
Proc. Nº/Ano	<u>08514 / 2018</u>		

Parecer DJ nº 284 /2017

Assunto: Projeto de Lei nº 204/2017 – Aatoria dos vereadores José Henrique Conti, Edson Secafim e Roberson Costalonga Salame – “Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos”.

À Diretora Jurídica
Dra. Karine Barbarini da Costa

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão de Justiça e Redação relativo ao projeto em epígrafe que “Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos”, de autoria dos vereadores José Henrique Conti, Edson Secafim e Roberson Costalonga Salame.

Ab initio, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, sendo que seus fundamentos podem ou não ser utilizados pelos membros desta Casa.

Outrossim, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passamos a análise técnica do projeto em epígrafe solicitado.



C.M.V.
Proc. Nº 29651/18
Fls. 15
Resp. J

C.M.V.
Proc. Nº 4060/18
Fls. 07
Resp. Din

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

12

Proc. Nº/Ano

08514 / 2018

Após as considerações iniciais, quanto ao mérito no que se refere ao aspecto constitucional, legal ou jurídico, verificamos o que segue:

O artigo 165 da Constituição Federal, determina ser privativa do chefe do Poder Executivo a Iniciativa de Leis orçamentárias, vejamos:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

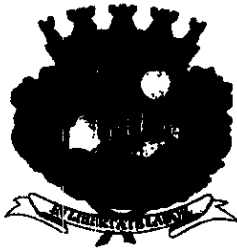
§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.



C.M.V.
Proc. Nº 205/18
Fls. 16
Resp. _____

C.M.M.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 08
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. Nº/Ano

08514 / 2018

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166.

Por seu turno, a Constituição do Estado de São, no artigo 47, XVI,

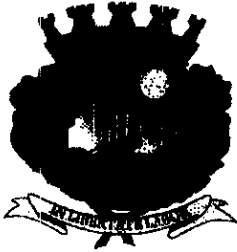
assim dispõe:

Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

(...)

XVII - enviar à Assembléia Legislativa projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito;

É nesse sentido o artigo 80, inciso XV, da Lei Orgânica do Município do Município, quando dispõe que compete privativamente ao chefe do Poder Executivo, legislar sobre orçamento, portanto, não pode o Legislativo tratar de assunto gestão e impor onde o Executivo vai aplicar sua receita, porque isto viola o princípio da



C.M.V.
Proc. Nº 27651/18
Fls. 17
Resp. J

C.M.M.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 09
Resp. [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N°	161	Revisão	
Proc. N°/Ano	08514 / 2018		

separação dos poderes, independência e harmonia dos poderes, insculpido no artigo 2º da Constituição. Neste sentido esse Projeto de Lei afigura-se ~~se~~ **inconstitucional**.

Art. 80. Compete privativamente ao Prefeito, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica:

...

XV - enviar à Câmara Municipal projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública, operações de crédito e tributos municipais;

Nos entes políticos da Federação, dividem-se as funções de governo:

o Executivo foi incumbido da tarefa de administrar, segundo a legislação vigente, por força do postulado da legalidade, enquanto que o Legislativo ficou responsável pela edição das normas genéricas e abstratas, as quais compõem a base normativa para as atividades de gestão.

Essa repartição de funções decorre da incorporação à Constituição brasileira do princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2.º), preconizado por Montesquieu, e que visa a impedir a concentração de poderes num único órgão ou agente.

A tarefa de administrar o Município, a cargo do Executivo, engloba as atividades de planejamento, organização e direção dos serviços públicos, o que abrange, efetivamente, a destinação de receitas, matéria orçamentária, como o da espécie em análise.

A interferência de um Poder na competência, privativa de outro, fora das hipóteses expressamente acolhidas pela Constituição, afigura-se inconstitucional por flagrante ofensa ao princípio de independência e separação dos Poderes, que orienta o Direito Constitucional Positivo brasileiro.



C.M.V.
Proc. Nº 2705/18
Fls. 18
Sup. /

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 10
Resp. *Am*

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

FIS. N.º	15
Proc. N.º/Ano	08514 / 2018

A iniciativa não tem como prosperar na ordem constitucional vigente, uma vez que a norma disciplina atos que são próprios da função executiva.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em casos semelhantes, tem afastado a interferência do Poder Legislativo nas atividades do executivo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2251986-19.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUZANO, é réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, RICARDO ANAFE, ALVARO PASSOS, BERETTA DA SILVEIRA, ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ, ALEX ZILENOVSKI, FRANÇA CARVALHO, ANGÉLICA DE ALMEIDA, PAULO ALCIDES, MOREIRA VIEGAS, ADEMIR BENEDITO, PEREIRA CALÇAS, XAVIER DE AQUINO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS E FERREIRA RODRIGUES.

São Paulo, 20 de setembro de 2017.

Direta de Inconstitucionalidade nº 2251986-19.2016.8.26.0000 -Voto nº 35.261 2

Direta de Inconstitucionalidade nº 2251986-19.2016.8.26.0000

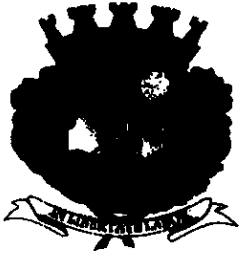
Autor: Prefeito do Município de Suzano

Réu: Presidente da Câmara Municipal de Suzano

Comarca: São Paulo

Voto nº 35.261

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 5.028/2016, que autoriza o Poder Executivo Municipal a destinar recursos a "Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer". Ação procedente. Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa e orçamentária é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo acarretaria em violação



C.M.V. Proc. Nº. 29051/18 Cív. Proc. Nº. 4060/17
Fls. 19 Fls. 11
Resp. Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº	16	rubrica	
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018		

frontal ao texto constitucional que consagra o Princípio da Separação dos Poderes Estatais. Lei de iniciativa exclusiva. Lei autorizativa. Irrelevância. O Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência. Ofensa aos artigos 5º, 144 e 174, III, da Constituição Paulista. Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente.

I O Prefeito do Município de Suzano ajuizou a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, com medida liminar, em face da Lei Municipal nº 5.028, de 27 de outubro de 2016, que autoriza o Poder Executivo Municipal a destinar recursos a "Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer".

Sustenta, em síntese, que a lei combatida contém vício de origem, afrontando o princípio constitucional da independência e harmonia dos poderes, estatuído no artigo 144 da Carta Bandeirante, de tal modo que a norma combatida teria invadido esfera de atuação reservada ao Prefeito Municipal, a quem caberia tal iniciativa com exclusividade. Ademais, destaca que a norma cria despesa, tratando da indicação da respectiva fonte de custeio e demais questões orçamentárias de maneira genérica.

Por tais razões, requereu a concessão da liminar para determinar a suspensão da eficácia da Lei Municipal até o julgamento final da ação e, no mérito, seja a presente ação julgada procedente a fim de que se declare a inconstitucionalidade da lei em comento, pois em desconformidade com os artigos 5º, § 2º, 20, inciso III, 25, 47, inciso II, 111 e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo (fls. 1/16).

A liminar foi deferida (cf. fls. 123/124).

Foram prestadas informações pelo presidente da Câmara Municipal de Suzano que se restringiu a transcrever os atos do processo legislativo que resultaram na promulgação e publicação do preceito normativo (cf. fls. 135/137).

O Procurador Geral do Estado se absteve da defesa da norma por tratar de matéria exclusivamente local (cf. fls. 193/194).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça apresentou parecer no sentido da procedência da ação para declarar a incompatibilidade da Lei Municipal guerreada com os artigos 5º, 144, 174, inciso III e 176, todos da Constituição Estadual (cf. fls. 196/207).

É o relatório.

II A presente ação direta de inconstitucionalidade discute a compatibilidade da Lei Municipal nº 5.028, de 27 de outubro de 2016, que autoriza o Poder



C.M.V.
Proc. Nº 21051 B
Fls. 20
Resp. [assinatura]

C.M.V.
Proc. Nº 4060.17
Fls. 12
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Fis. Nº <u>17</u>	Fls. <u>12</u>
Proc. Nº/Ano 08514 / 2018	

Executivo Municipal a destinar recursos a "Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer".

Eis o texto da norma impugnada:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a destinar à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, o valor de R\$ 82.483,24 (oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), referente ao "Projeto PELC", para atender o desenvolvimento de práticas de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam pessoas de todas as faixas etárias, incluindo as com deficiência, estimulando assim a convivência social, estando em consonância com a Emenda Impositiva nº 63/2015, da Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício 2016, em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

A ação é procedente.

Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a norma de iniciativa parlamentar, encontra-se eivada de vício formal de inconstitucionalidade decorrente do desvio do Poder Legislativo, por mais de uma razão.

Com efeito, a lei impugnada destina recursos públicos à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer para utilização em programa denominado "Projeto PELC", o qual visa "atender o desenvolvimento de práticas de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam pessoas de todas as faixas etárias, inclusive as com deficiência estimulando assim a convivência social".

Nada obstante à relevância da matéria, a criação do programa e, sobretudo, a destinação de monta específica de recursos a seu dispêndio R\$ 82.483,24 (oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos) são matérias que invadem a gestão e organização administrativa, atividades inerentes à iniciativa privativa do Chefe do Executivo.

Nesse sentido, de rigor reconhecer a indevida invasão à esfera da gestão orçamentária, de competência do Poder Executivo, importando, na espécie, em violação frontal ao texto constitucional que consagra a separação dos poderes estatais, in casu, perceptível na inobservância dos artigos 5º, e 174, inciso III, da Constituição do Estado, aplicáveis aos municípios por força do artigo 144 do mesmo diploma legal.



C.M.V.
Proc. Nº 2965/18
Fls. 21
Resp. J

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 13
Resp. [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº	18	Relat. Nº	[Signature]
Proc. Nº/Ato	08514/2018		

Senão vejamos:

“Art. 5º São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 144 Os Municípios, com autonomia, política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

Artigo 174 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes da Constituição Federal:

(...)

III os orçamentos anuais.”

Com clareza, nota-se que houve manifesta invasão da gestão pública, assunto da alçada exclusiva do Prefeito Municipal, violando, assim, sua prerrogativa de análise da conveniência e da oportunidade das providências previstas na lei.

O ato normativo impugnado, de iniciativa parlamentar, é verticalmente incompatível com o ordenamento constitucional por violar o Princípio da Separação de Poderes, o qual, conforme bem elucida o ilustre Ministro Alexandre de Moraes:

“consiste em distinguir três funções estatais, quais sejam, legislação, administração e jurisdição, as quais devem ser atribuídas a três órgãos autônomos entre si, que as exercerão com exclusividade. Referido sistema foi esboçado, pela primeira vez, por Aristóteles, na obra 'Política', tendo sido detalhado posteriormente por John Locke, no 'Segundo Tratado do Governo Civil', que também reconheceu três funções distintas, sendo, finalmente, consagrado na obra de Montesquieu, 'O Espírito das Leis', a quem devemos a divisão e distribuição clássicas, tornando-se princípio fundamental da organização política liberal, transformado em dogma pelo artigo 16 da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, encontrando previsão no artigo 2º da nossa Constituição Federal” (in Direito Constitucional, 27ª ed. Editora Atlas, São Paulo, 2011 p. 424).

Referido princípio é constituidor de verdadeira base harmônica da atuação dos poderes, os quais, pelo seu intermédio, atuam segundo um sistema de freios e contrapesos (checks and balances), em controle recíproco, visando a manutenção do equilíbrio tripartite.

Ademais, deve ser afastada a pretensão defensiva segundo a qual o ato impugnado configuraria mera lei autorizativa, eis que tal natureza não lhe retiraria o caráter inconstitucional.

Página 8 de 11



C.M.V.
Proc. Nº 2165/18
Fls. 22

C.M.M.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 14
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

FIS Nº	19	Fls.	[assinatura]
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018		

Conforme bem dispôs o parecer da D. Procuradoria-Geral de Justiça, "a autorização legislativa não se confunde com lei autorizativa, devendo aquela primar pela observância da reserva de iniciativa. Ainda que a lei contenha autorização (lei autorizativa) ou permissão (norma permissiva), padece de inconstitucionalidade porque sua iniciativa é da alçada exclusiva do Chefe do Poder Executivo, cuja prerrogativa de análise da conveniência e oportunidade das providências previstas na lei foi violada".

Outrossim, não se há falar em simples autorização legislativa traduzido como vocábulo de liberalidade, porquanto, uma vez mantida a eficácia da lei, esta imputará verdadeira obrigação ao Poder Executivo Municipal.

Nesse exato sentido, a jurisprudência desse C. Órgão Especial há tempos esclarece:

"Na linguagem legislativa autorizar tem o sentido de ordenar, e eventual desatendimento a essa quase imposição poderia, inclusive, ensejar o reconhecimento de uma postura omissiva do administrador por não praticar o ato autorizado.

Vasco Della Giustina ensina "não ser possível interpretar autorização como mero sinônimo de opção para cumprir ou não a lei, tendo o substantivo o sentido e o alcance de uma determinação ou imposição, não podendo falar-se em lei inócua ou decorativa, ainda que dela não decorrer ônus para o Poder Executivo Municipal." (ADIn nº 0198766-82.2012.8.26.0000, rel. Des. Itamar Gaino original sem grifos).

Portanto, não se olvida da nítida competência (exclusiva) do Poder Executivo na criação normas dessa espécie, de maneira que, quando o Poder Legislativo toma frente em sua iniciativa, age em violação ao princípio da separação dos poderes, tendo em vista atuar em atividade própria do Administrador Público.

Em situação análoga, recentemente, este E. Colegiado deliberou pela inconstitucionalidade de lei também do município de Suzano, no seguinte sentido:

"DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei editada pelo Município de Suzano (Lei de nº 5.029, de 27 de outubro de 2016), de iniciativa parlamentar, que autorizou o Poder Executivo Municipal a destinar recursos à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, para a aquisição e instalação de equipamentos para academia ao ar livre.

Alegação de vício de iniciativa, eis que a matéria é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.



C.M.V.
Proc. Nº 27051/18
Fls. 23
Resp. _____

C.M.V.
Proc. Nº 4060/18
Fls. 15
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fis. N.º	20
Proc. N.º/Ano	08514 / 2018

Inconstitucionalidade. A lei em questão possui exclusivo escopo autorizativo e tem como destinatário o Governo, entendendo-se como o Poder Executivo. As leis de autorização têm caráter normativo material, ou seja, contêm ou podem conter disposições de caráter material inovador ou simplesmente revogatório as quais devem estabelecer conexão com os seus efeitos externos, pois a autorização legislativa deve tornar previsíveis e transparentes as hipóteses em que o Governo fará uso da autorização e ainda o conteúdo que, com fundamento na autorização, virá a ter normas autorizadas. Simples natureza "autorizativa" da lei que não encontra sentido no ordenamento jurídico, vez que o Prefeito não precisa de autorização do Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva ou mesmo concorrente competência. Violação à separação de poderes, prevista no artigo 5º da Constituição Estadual. Indicação de fonte genérica de custeio. Possibilidade. Doutrina e Precedentes deste Tribunal. AÇÃO PROCEDENTE." (ADIn nº 2252009-62.2016.8.26.0000, Rel. Des. Beretta da Silveira; julgada em 19 de abril de 2017).

Destarte, como se viu e ressaltou, a norma guerreada não poderia prosseguir com sua eficácia, visto que cabe essencialmente à Administração Pública, e não ao Legislador, deliberar a respeito do tema.

Na organização político-administrativa, o município apresenta funções distintas. O prefeito (chefe do Poder Executivo) é o responsável pela função administrativa, que compreende, dentre outras coisas, o planejamento e gestão orçamentária, enquanto que a função básica das Câmaras Municipais (Poder Legislativo) é legislar, editando normas gerais e abstratas que devem pautar a atuação administrativa.

A atuação legislativa impugnada equivale à prática de ato de administração, de sorte a violar a garantia constitucional da separação dos poderes.

De rigor, portanto, a procedência desta ação direta de inconstitucionalidade, por manifesta afronta aos artigos 5º, 144 e 174, inciso III, todos da Constituição Paulista Ante o exposto, pelo meu voto, julgo procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade Lei Municipal nº 5.028, de 27 de outubro de 2016, do Município de Suzano, determinando, como consequência, sua retirada definitiva do ordenamento jurídico.

PÉRICLES PIZA

Relator

Cabe exclusivamente ao chefe do Executivo, no desenvolvimento de seu programa de governo, eleger prioridades e decidir se executará esta ou aquela



C.M.V.
Proc. Nº 24051/18
Fls. 24
Resp. J

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 16
Resp. [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. Nº/Ans
08514 / 2018

ação governamental, seja aqui ou acolá, seja desta forma ou de outra, seja por um breve período ou por um prazo mais longo, definido, dentre outros pontos, as metas a serem cumpridas e a clientela a ser atendida.

Nessa esteira, como já comentamos acima, se sabe é incompatível com o ordenamento constitucional e principalmente com o princípio da separação dos poderes, qualquer ato do legislativo que tenha por escopo disciplinar matéria de iniciativa exclusiva do Executivo, ou que venha autorizar o Chefe do Poder Executivo a executar determinada tarefa, ainda mais quando esta tarefa só pode ser executada por ele sem necessidade de qualquer consentimento do Legislativo.

Nesse sentido, o Projeto de lei encerra insuperável inconstitucionalidade, insanável mesmo pela sanção do Prefeito.

Ante o exposto, em que pese a louvável intenção do nobre vereador, a proposta não reúne condições de legalidade e constitucionalidade. **Sobre o mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.**

É o parecer.

D.J., aos 24 de outubro de 2016.


Aparecida de Lóuiz Teixeira
Procuradora - OAB/SP 218. 375


Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora - OAB/SP 308.298

Ciente e de acordo. Encaminhe-se à Comissão de Justiça e Redação para deliberação.


Karine Barbarini de Costa
Diretora Jurídica - OAB/SP nº 224.506



C.M.V.
Proc. Nº 2051/18
Fls. 22
Resp. _____

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 17
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº	22	Rubrica	
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018		

Ofício n.º 71/2017 - CJR

Valinhos, 30 de outubro de 2017.

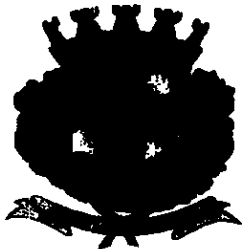
Ao Departamento Legislativo

Cumprindo determinação da Vereadora Dalva Dias da Silva Berto, Presidente da Comissão de Justiça e Redação, venho por meio deste, requerer seja encaminhado através deste departamento o envio dos Projetos de Lei abaixo identificados para os respectivos autores, a fim de análise dos pareceres jurídicos emitidos pela Casa:

- 1) PL 164/17;
- 2) PL 204/17;
- 3) PL 215/17;
- 4) PL 218/17;
- 5) PL 223/17;
- 6) PL 240/17;
- 7) PL 245/17;
- 8) PL 250/17 e
- 9) PL 252/17.

Atenciosamente,

Thales Eduardo Weiss de Araujo
Assessor Parlamentar



C.M.V.
Proc. Nº 24651/18
Fls. 26
Sess. _____

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 18
Recp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Fis. Nº	23	Relat. por	_____
Proc. Nº/Ano	08514 / 2018		

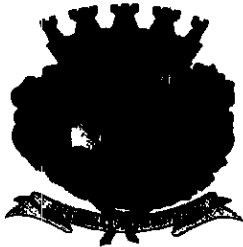
Valinhos, 31 de outubro de 2017.

Ao
Vereador
José Henrique Conti

Conforme determinação da Presidente da Comissão de Justiça e Redação, encaminhamos o presente Projeto de Lei n.º 204/17 para análise do parecer jurídico da Casa.

Att.,

Marcos Fureche
Assistente Administrativo
Departamento Legislativo



C.M.V.
Proc. Nº 295/18
Fls. 27
Resp. [assinatura]

C.M.V.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 19
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Dis N° 24
Proc. N°/Ano 08514/2018

Comissão de Justiça e Redação

Parecer ao Projeto de Lei nº 204/17

Ementa do Projeto: Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.

Parecer: Esta Comissão analisou o referido Projeto quanto à sua Constitucionalidade, Legalidade e Redação e dá o seu **PARECER** da seguinte forma:

Valinhos, 27/11/17.

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 27/11/17
PRESIDENTE
Israel Scubénaro

 Ver. Dalva Berto	<input checked="" type="checkbox"/>	()
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	<input checked="" type="checkbox"/>	()
 Ver. César Rocha	<input checked="" type="checkbox"/>	()
 Ver. José Henrique Conti	<input checked="" type="checkbox"/>	()
 Ver. Roberson Costalonga Salame	<input checked="" type="checkbox"/>	()

Obs: Inconstitucionalidade insanável, pois disciplina matéria de iniciativa exclusiva do Executivo.



C.M.V.
 Proc. Nº 29651/18
 Fls. 23
 Resp. _____

C.M.M.
 Proc. Nº 4060/17
 Fls. 20
 Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
 ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. Nº 25 Rubrica _____
 Proc. Nº/Ano
08514/2018

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 204/2017

Assunto: Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.

PARECER: A Comissão de Finanças e Orçamentos, hoje reunida, examinou o Projeto de Lei sobre os assuntos de caráter financeiro e orçamentário e dá o seu **PARECER** conforme segue abaixo:

VOTO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Gilberto Borges - Giba Presidente - PMDB		
Dalva Berto Membro - PMDB		
Franklin D. de Lima Membro - PSDB		
Aldemar Veiga Junior Membro - DEM		
Kiko Beloni Membro - PSB		

Resultado do PARECER..... Favorável

Sala de Reuniões do Plenário da Câmara Municipal de Valinhos.

Em, 05 de dezembro de 2017.

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 06/02/18

 PRESIDENTE
 Israel Scupenaro
 Presidente



C.M.V.
Proc. Nº 29651/18
Fls. 27
Resp. [assinatura]

CAD.
Proc. Nº 4060/17
Fls. 21
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fis Nº 26 R. Orç. [assinatura]

Proc. Nº/Ano

PARA ORDEM DO DIA DE 20/02/18

08514/2018

PRESIDENTE

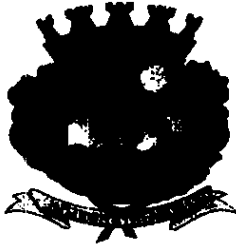
[assinatura]
Israel Scupénaro
Presidente

Aprovado por unanimidade e dispensado de
Segunda Discussão em sessão de 20/02/18
Providencie-se e em seguida arquite-se.

[assinatura]
Israel Scupénaro
Presidente

sende ato nº 08/18

[assinatura]
Dr. André C. Melchert
Diretor Legislativo



C.M.V.
Proc. Nº 20651/18
Fls. 30
Resp. _____

C.M.V.
Proc. Nº 4060, A
Fls. 22
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

FIS N.º	27	Rubrica	
Proc. N.º/Ano	08514 / 2018		

Do P.L. n.º 204/17 - Autógrafo n.º 08/18 - Proc. n.º 4060/17

*Acresc. e
21/08/2018*

Marcus Bovo de Albuquerque Cabral
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

LEI N.º

Estabelece o repasse de 10% (dez por cento) da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.

ORESTES PREVITALE JUNIOR, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que 10% (dez por cento) do valor proveniente de arrecadação das multas de trânsito será depositado, mensalmente, na conta de fundo que será criado para ampliação das ações de fiscalização e policiamento por parte da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. O percentual a que alude o "caput" deste artigo não prejudicará o que estabelece o § 1º do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º O percentual repassado será gerido pelo Secretário de Segurança Pública, que prestará contas dos valores sob sua responsabilidade, bem como das ações tomadas que, efetivamente, promovam maior eficiência e segurança no trânsito com medidas de policiamento e fiscalização.



C.M.V.
Proc. Nº 2065/18
Fls. 31
Resp. _____

C.M.V.
Proc. Nº 4060, 17
Fls. 23
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Fis N.º	28	Rubrica	
Proc. N.º/Ano		Fl. 02	
08514/2018			

Do P.L. n.º 204/17 - Autógrafo n.º 08/18 - Proc. n.º 4060/17

Parágrafo único. Os valores repassados poderão ser utilizados para cursos de capacitação, treinamento, aquisição de veículos (viaturas), armamento, equipamentos de segurança (coletes balísticos) e o que precisar para oferecer melhor segurança e estrutura de trabalho aos agentes que realizarão o trabalho de fiscalização.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,
aos

ORESTES PREVITALE JUNIOR
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Valinhos,
aos 20 de fevereiro de 2018.

Israel Scupenaro
Presidente

Luiz Mayr Neto
1º Secretário

Alécio Maestro Cau
2º Secretário

Fis. N.º	29	Rubrica	<i>[assinatura]</i>
Proc. N.º	20518	Proc. N.º/Ano	08514 / 2018
Fls.	32		
Resp.	<i>[assinatura]</i>		
Processo: 4060/2017		Regime: ORDINÁRIO	

Projeto de Lei n.º 204/2017

Tipo: **LEGISLATIVO**Data: **24/08/2017**Processo: **4060/2017**Quórum: **MAIORIA SIMPLES**Situação: **APROVADO**Autoria: **JOSÉ HENRIQUE CONTI, EDSON SECAFIM, ROBERSON COSTALONGA "SALAME"**Assunto: **Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.**

Tramitações

Remetente: Presidência		Sequência: 1
Destinatário: Plenário	Resposta: 29/08/2017	
Envio: 29/08/2017	Resultado: LIDO EM SESSÃO	
Objetivo: LEITURA EM PLENÁRIO		
Remetente: Plenário		Sequência: 2
Destinatário: Expediente	Resposta: 30/08/2017	
Envio: 30/08/2017	Resultado: Encaminhado.	
Objetivo: Encaminhar.		
Remetente: Expediente		Sequência: 3
Destinatário: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO	Resposta: 30/10/2017	
Envio: 30/08/2017	Resultado: Encaminhar ao autor.	
Objetivo: EMIÇÃO DE PARECER DA COMISSÃO		
Remetente: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO		Sequência: 4
Destinatário: Expediente	Resposta: 31/10/2017	
Envio: 31/10/2017	Resultado: Encaminhado.	
Objetivo: Encaminhar.		
Remetente: Expediente		Sequência: 5
Destinatário: JOSÉ HENRIQUE CONTI	Resposta: 27/11/2017	
Envio: 31/10/2017	Complemento: Encaminhar.	
Complemento: Encaminhar ao autor.		
Remetente: JOSÉ HENRIQUE CONTI		Sequência: 6
Destinatário: Expediente	Resposta: 27/11/2017	
Envio: 27/11/2017	Resultado: Encaminhado.	
Objetivo: Encaminhar.		
Remetente: Expediente		Sequência: 7
Destinatário: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO	Resposta: 27/11/2017	
Envio: 27/11/2017	Resultado: Parecer favorável.	
Objetivo: EMIÇÃO DE PARECER DA COMISSÃO		
Remetente: COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO		Sequência: 8
Destinatário: Expediente	Resposta: 27/11/2017	
Envio: 27/11/2017	Resultado: Encaminhado.	
Objetivo: Encaminhar.		
Remetente: Expediente		Sequência: 9
Destinatário: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	Resposta: 13/12/2017	
Envio: 27/11/2017	Resultado: Parecer favorável.	
Objetivo: EMIÇÃO DE PARECER DA COMISSÃO		
Remetente: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO		Sequência: 10
Destinatário: Expediente	Resposta: 14/12/2017	
Envio: 14/12/2017	Resultado: Encaminhado.	
Objetivo: Encaminhar.		
Remetente: Expediente		Sequência: 11

26/02/2018

Câmara Municipal de Valinhos - Projeto de Lei n.º 204/2017

30	Recebido
Proc. N.º/Ano	08514 / 2018

Destinatário: **Plenário**
Envio: **14/12/2017**
Objetivo: **LEITURA DE PARECER EM PLENÁRIO**

C.M.V.
Proc. Nº 2965118
Fls. 33
Resp. [assinatura]

Documentos Relacionados

Documento	Data	Assunto
Parecer n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 204/2017	24/10/2017	Parecer ao Projeto de Lei n.º 204/2017 - Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.
Parecer n.º 2 ao Projeto de Lei n.º 204/2017	27/11/2017	Parecer ao Projeto de Lei n.º 204/2017 - Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.
Parecer n.º 3 ao Projeto de Lei n.º 204/2017	05/12/2017	Parecer ao Projeto de Lei n.º 204/2017 - Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.
Autógrafo n.º 8/2018 ao Projeto de Lei n.º 204/2017	20/02/2018	Autógrafo ao Projeto de Lei n.º 204/2017 - Estabelece repasse de dez por cento da receita municipal com multas de trânsito à Guarda Civil Municipal de Valinhos.

Documentos de Sessão

Documento	Sessão	Data	Fase
EXPEDIENTE	25ª Sessão ORDINÁRIA de 2017	29/08/2017	LEITURAS
ORDEM DO DIA	2ª Sessão ORDINÁRIA de 2018	20/02/2018	1ª DISCUSSÃO

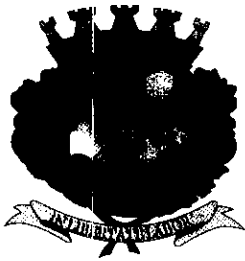
Votações

Sessão	Tipo	Favor	Contra	Branco	Ausente	Abstenção	Quórum / Resultado
2ª Sessão ORDINÁRIA de 2018	Simbólica						MAIORIA SIMPLES APROVADO POR UNANIMIDADE

Enviar por email

Nome
Email Destinatário
Comentário

Cancelar Enviar



C.M.V. Proc. Nº 2963/18
Fls. 39
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão de Justiça e Redação

Parecer à Urgência do Projeto de Lei n.º 128/2018

Ementa do Projeto: Revoga a Lei Municipal n.º 5.613, de 14 de março de 2018, e a Lei Municipal n.º 5.632, de 19 de abril de 2018, na forma que especifica. (Mens. 30/18)

PRESIDENTE		URGÊNCIA	
 Ver. Dalva Berto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
MEMBROS		URGÊNCIA	
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
 Ver. César Rocha	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
 Ver. Luiz Mayr Neto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
 Ver. Roberson Costalonga	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

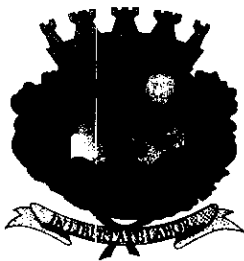
Valinhos, 5 de junho de 2018.

Parecer: A Comissão analisou nesta data, em reunião extraordinária, o referido Projeto de Lei e, quanto à urgência solicitada, dá **PARECER FAVORÁVEL**.

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 05/06/18

Presidente

(Observações: _____)



C.M.V.
Proc. Nº 2965/18
Fls. 33
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 05/06/18


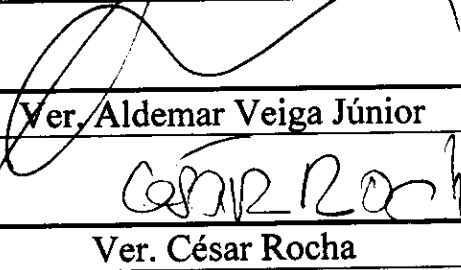

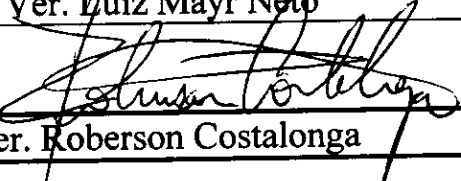
PRESIDENTE

Comissão de Justiça e Redação

Israel Gouzenaro
Presidente

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/2018

Ementa do Projeto: Revoga a Lei Municipal n.º 5.613, de 14 de março de 2018, e a Lei Municipal n.º 5.632, de 19 de abril de 2018, na forma que especifica. (Mens. 30/18)

		CONTADO PROJETO	
 Ver. Dalva Berto	(X)	()	
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	(X)	()	
 Ver. César Rocha	(X)	()	
Ausente Ver. Luiz Mayr Neto	()	()	
 Ver. Roberson Costalonga	(X)	()	

Valinhos, 5 de junho de 2018.

Parecer: A Comissão analisou nesta data, em reunião extraordinária, o referido Projeto de Lei e quanto à sua legalidade, constitucionalidade e redação, dá o seu PARECER FAVORÁVEL.

(Observações: _____

_____)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
 ESTADO DE SÃO PAULO

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 05/06/18

Comissão de Finanças e Orçamento

PRESIDENTE
 Gilberto Aparecido Borges
 Presidente

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/2018

Ementa do Projeto: Revoga a Lei Municipal n.º 5.613, de 14 de março de 2018, e a Lei Municipal n.º 5.632, de 19 de abril de 2018, na forma que especifica. (Mens. 30/18)

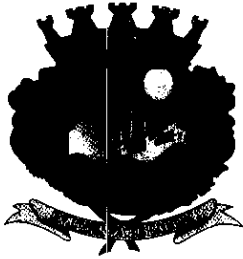
MEMBROS	OPINIONÁRIO	RELAÇÃO
 Ver. Gilberto Aparecido Borges	<input checked="" type="checkbox"/>	()
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	<input checked="" type="checkbox"/>	()
 Ver. Dalva Berto	<input checked="" type="checkbox"/>	()
Ver. Franklin Duarte	()	()
 Ver. Kiko Beloni	<input checked="" type="checkbox"/>	()

Valinhos, 5 de junho de 2018.

Parecer: A Comissão analisou nesta data, em reunião extraordinária, o referido Projeto de Lei e quanto ao seu mérito relativo a finanças e orçamento, dá o seu **PARECER Favorável**.

(Observações: _____

 _____)



C.M.V. 2965/18
Proc. Nº 37
Fls. 02
Resp. 02

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 05/06/18

PRESIDENTE

Israel Soubenaro
Presidente

Aprovado por unanimidade e dispensado de
Segunda Discussão em sessão de 05/06/18
Providencie-se e em seguida archive-se.

Israel Soubenaro
Presidente

SEGUE AUTOGRÁFO Nº 86/18

Dr. André C. Melchert
Diretor Legislativo